



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 026/2020

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial Nº 011/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual **Aquisição de Patrulha Mecanizada - Caminhão e Roçadeira.**

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Em atenção à solicitação da Comissão Permanente de Licitação a esta Procuradoria Jurídica, no sentido de emissão de parecer técnico jurídico a respeito da legalidade procedimental do presente certame, passamos a expor o quanto segue:

LICITAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade de que os contratos de obra, serviço, compras, alienações, concessão e permissão de serviços públicos, devem ser precedidos de um procedimento licitatório, conforme redação do art. 37º, inciso XXI:

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A legislação infraconstitucional, em regra, é quem disciplina o procedimento licitatório, em especial a Lei 8.666/93, nos termos do artigo 1º, que assim dispõe:

Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Além da Lei 8666/93, há a lei 10.520/2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada **pregão**, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da Administração Pública.

OBJETO A SER LICITADO

Este processo licitatório tem como objeto a aquisição de Patrulha Mecanizada, no caso um caminhão, equipado com caçamba basculante, e uma Roçadeira, articulada hidráulica, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

A justificativa é a necessidade de ampliação da frota de maquinário, para manutenção (preventiva e corretiva) e revitalização das estradas vicinais, melhorando o acesso para escoamento da produção rural.

O valor do objeto está estimado em R\$ 439.700,00 (quatrocentos e trinta e nove mil e setecentos reais). Para viabilizar o recurso, há o termo de convênio n. **892119/2019**, firmado entre o Município e o Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento - MAPA.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório na modalidade de **Pregão**, na forma **Presencial**, do tipo **menor preço**.

A licitação de modalidade Pregão está disciplinada especificamente na Lei 10.520/2002, como se vê:

Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade

possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Os autos devem ser instruídos com as solicitações e justificativas da secretaria interessada; Ordenador de Despejas autorizando a instauração do procedimento licitatório; do Edital, acompanhado de seus anexos, entre eles o da Minuta do Contrato.

Não obstante a regularidade do processo licitatório, verifica-se que a Administração Pública, ao realizar compras de bens móveis, deve atentar para os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e, em especial, da economicidade.

EDITAL

O Edital é de suma importância para um certame de licitação, haja vista ser ele a **lei interna do procedimento licitatório**. A administração está vinculada às regras, ao que está previsto no Edital, nos termos do art. 41, da lei 8.666/93:

A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

O Edital do presente procedimento licitatório cumpriu as exigências legais, no caso indicando a modalidade de Pregão, na forma Presencial, para registro de preços. Ainda, especificando o tipo de Menor Preço, fixa a data, hora e local para a realização da sessão, informa o prazo para possibilidades de esclarecimentos e impugnações, relaciona e especifica as condições de participação, informa o procedimento de registro de preços, condição de credenciamento, recebimento e abertura de envelopes, prevê a forma de processamento e julgamento; dos lances, procedimentos de habilitação, recursos, condições de execução, forma de pagamento, das obrigações das partes contratantes, sanções, entre outros.

MINUTA DO CONTRATO E ANEXOS

A minuta do contrato é um requisito no procedimento licitatório, conforme previsto na lei, nos termos do art. 62, § 1º, da lei 8.666/93, que apresenta a seguinte redação:

A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

Percebe-se nos autos a existência da Minuta do Contrato, conforme anexo X, acrescentando que a Minuta deve constar as cláusulas necessárias, previstas no art. 55 da Lei 8.666/93. Observa-se, ainda, a existência dos anexos descritos no Edital.

CONCLUSÃO

Em face ao exposto, pela análise dos documentos, edital, minuta do contrato e anexos, restrito aos aspectos jurídicos e formais, sem adentrar ao mérito, não se constatou irregularidades ou ilegalidades, sendo cumprido o que determina o "caput" e parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Assim, opina-se FAVORAVELMENTE pela abertura do presente certame e seu normal prosseguimento, com a finalidade de **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de** Patrulha Mecanizada, no caso um Trator agrícola e uma Roçadeira articulada hidráulica, conforme solicitação da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Canarana/MT, 12 de fevereiro de 2020.


Walter Custódio da Silva
Procurador Jurídico - OAB/MT 19.491